

XXII Simpósio Nacional de História - 2003

Título: Brasília e a representação do meio ambiente na encenação cotidiana.*

Proponente: Marcia de Melo Martins Kuyumjian

Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade de Brasília - UnB

* Este texto é um dos resultados do projeto de pesquisa intitulado “O Impacto das práticas cotidianas e ocupacionais no meio ambiente”, finalizado em 2001. Integra projeto guarda-chuva financiado pelo PADCT III que investiga o processo de assoreamento das represas que abastecem o Distrito Federal e com sede no Instituto de Geociências da UnB. Sob minha coordenação, contou com o precioso auxílio das bolsistas Danielly de oliveira Grance (PIBIC), Marilza de Oliveira Soares (PIBIC) e Shirley Aparecida Silva Rocha (FINATEC), alunas regulares do curso de Serviço Social da UnB.

A relação entre cidade e meio ambiente assenta-se no impacto decorrente das ações humanas que visam a manutenção e/ou elevação dos padrões de vida. Traduzindo isto para o consumo de água potável, prioriza-se seu fornecimento em quantidade suficiente e de boa qualidade para o consumo do homem e do gado, e para a manutenção das atividades produtivas rurais e industriais. A chave para a mudança está na ameaça à plenitude do usufruto de um recurso, até então tido por certo, em decorrência da agonia das desigualdades regionais e dos efeitos negativos do manuseio inadequado.

Esta nova visão se contrapõe à idéia de abundância dos recursos naturais e inaugura um novo discurso como novo foco de poder, que concebe um novo sujeito social como produto da disciplina ecológica. De um lado, articula-se uma complexa rede de dispositivos legais contidos em decretos, códigos e sistema de gestão, propugnada pela Agenda 21, de outro, disponibiliza-se a instauração de um imaginário apoiado em enérgico discurso sobre consciência e alteridade. Retórica que re-semantiza os comportamentos entre os adaptados ou não ao projeto ecológico. O comportamento ecológico é transformado em novo objeto de discriminação como signo cultural/político de degradação, posto que imprime na sociedade um novo esteriótipo da ação apoiada no domínio de um saber, o desenvolvimento sustentável¹. O manejo dos recursos hídricos aparece como o signo da diferença, cobrando a introdução de técnicas, a intensificação da participação das comunidades locais e a atuação vigilante das agências públicas.²

A eloquência do discurso ecológico abre um novo campo de gestão e participação política, mas está longe de se constituir como um elemento universal, posto que também abre para uma nova disputa social, a política de preservação versus o território dos grupos. Em busca de novas condutas, termos vão se agregando à velha concepção de preservação ambiental, tais como, ambientalismo, ecologismo, conservacionismo, justiça ecológica, desenvolvimento sustentável, renovação de recursos; indicando a complexificação deste campo de estudo e de intervenção política. Assim, capacitar, educar, instruir, normatizar condicionam a ação política, com a finalidade de assegurar a proteção dos ecossistemas.

O modo como esse discurso é apropriado depende do lugar de fala, se em defesa do direito de existência e qualidade de vida do cidadão ou se em defesa de nichos de preservação ambiental. Esse novo paradigma, apoiado na ideologia da consciência ecológica, é revelador das contradições e fragilidades do processo de acumulação e concentração de capital e da intensa competição

¹ Vide PÁDUA, Antônio Lago J. ^a O que é ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1984; CAVALCANTI, Clóvis (org.) Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.

² Vide Agenda 21, principalmente capítulo 18.

internacional³. A ênfase é colocada na crise ambiental, para os conservacionistas, e na crise social, para os ecologistas⁴. Em consequência foram agregadas ao debate sobre meio ambiente questões concernentes ao empobrecimento, ao inchaço das cidades, ao decréscimo da produção alimentar, à periferização, ao desemprego e à exclusão social.

Às profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais se justapõe a questão ecológica, como mais uma demanda social. Assim, a Terra torna-se um lugar com inúmeros problemas gerados do processo descontrolado de uso dos bens naturais, de abusos no consumo de produtos químicos e tóxicos, de poluição cada vez mais insustentável. Os governos nacionais preocupados e pressionados pela exigência de novas alternativas de organização, vêm-se compelidos a encontrar saídas, ainda que precárias, para as situações limites.

Brasília, produto de um discurso modernista, configurada a partir de projeto político-arquitetônico, engendra no seu cotidiano uma diversidade cultural cujos contornos vão além da imagem de progresso que pretende protagonizar. Na encenação cotidiana entrecruzam os discursos da desigualdade social com a representação de uma racionalidade espacial que destoa das práticas de diferentes sujeitos. Neste cenário emerge a questão ambiental patenteada pela concepção de desenvolvimento sustentável.

Nesta cidade é criado o “Plano de Proteção do Lago Descoberto”, instrução normativa, expedida pelo secretário do meio ambiente, que implanta a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto (APA do Descoberto), com o objetivo de compatibilizar a utilização dos recursos naturais com a preservação da qualidade do meio ambiente e equilíbrio ecológico. A concepção do plano é indicativa do despertar social para uma questão importante, mas também das tensões e pressões sócio-econômicas decorrentes do processo de urbanização no Distrito Federal.

O problema que ora apresento é o modo como o discurso ecológico é apropriado a partir das práticas e interesses de grupos que usa a ecologia mais como pretexto do que como princípio mobilizador. Depara-se com dois discursos que não se interagem. A incursão empresarial no projeto ambientalista é superficial e subordinado à exigência do modelo produtivo. Prevalece o critério da produção da obsolescência. Criação e manutenção de mercados pela política da sedução e erotização do consumo. A incursão estatal e das Ong's é com o interesse geral, da redefinição de políticas de inserção social e elevação das condições de sobrevivência. Um mesmo discurso, portanto, serve a diferentes interesses. Desencadeia-se desta inferência questões norteadoras

³ Sobre concentração de capital e competição internacional, vide Dupas, Gilberto. Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999; DREIFUSS, René Armand. A época das perplexidades. Mundialização, globalização, planeratização: Novos desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & SANTOS JÚNIOS, Orlando Alves do. Globalização, fragmentação e reforma urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise. 2º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁴ Embora esses movimentos tenham surgido na década de 60, somente a partir da década de 80 a questão passou a ser tratada com mais seriedade devido ao impacto do buraco na camada de ozônio.

significativas: qual a possibilidade de se estabelecer uma cultura ecológica global, em um universo fragmentado, econômica, política e socialmente? A que tipo de tolerância as comunidades estão dispostas a se habilitar em um universo em expansão e com mudanças radicais, sejam elas econômicas, políticas ou biofísicas?

A ecologia transforma-se em um discurso institucionalizado. Técnicos, especialistas e estudiosos se arvoram no debate sobre os liames da justiça ecológica como potencial de combate à desigualdade social instituída pelas sociedades modernas. Visão que postula a distribuição seletiva dos perigos ecológicos⁵, campanhas sobre coleta de lixo seletiva, economia de água e energia elétrica, redução da poluição sonora e do ar, consumo de produtos biodegradáveis, preservação dos bens e espaços públicos. Acrescenta-se a asfixia diária do *mass media* com informativos sobre condutas ecologicamente corretas.

A figura emblemática tem sido o signo que retrata a mão jogando papel no lixo. Este é um sinal que atualiza um novo ritual social com nexos fluidos⁶, transformando a todos em observadores e observados, são olhares clínicos que escrutinam a boa ação. O discurso se impõe como previsão de comportamento individualizado, submetido ao crivo institucional e social. A não correspondência é indicativa da não apropriação discursiva e, portanto, da ação sob suspeita.

Esta imposição discursiva esconde o medo com relação a prognósticos e utopias futuras. Paira no ar a certeza coeva de que nenhum nicho de organização social que corresponda aos critérios de civilidade ecológica está a salvo da ação beligerante de outros povos mesmo que a longas distancias. Os efeitos perversos das neuroses sociais são globais. O reconhecimento da diversidade cultural e da pluralidade social acena para a difícil tarefa de se promover uma ação homogênea.

As maiores pressões são compelidas pelo risco de se acrescentar mais problemas aos já inúmeros gerados pela modernidade. O desafio dos projetos e programas ecológicos tem sido a situação crescente da pobreza. A Eco/92 alerta para a estreita relação entre pobreza e degradação ambiental. Como em um círculo vicioso, o modelo desenvolvimentista ancorado no neoliberalismo e na globalização confronta o conceito de justiça ecológica que redefine o meio ambiente e engloba questões variadas que vão do alojamento urbano à qualidade da água potável e dos produtos alimentares às condições de segurança no local de trabalho, à distribuição de bens e serviços sociais.

O que há de certo nestas afirmações é a reafirmação da pobreza e sua redefinição, pois bem depressa são utilizados critérios de eficácia ambiental para referir-se à pobreza. A pobreza ganhou evidência fora do mundo do trabalho, o lugar do mendigo; nas asas da assistência social, o

⁵ Vide KLINERBERG, Eric. La guache amérícne découvre la “justice écologique. Le monde dilimatique. França, fevereiro, 1998, p.6 e 7.

⁶ Vide CANCLINI, Nestor García. Culturas Híbridas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

lugar do carente; na fala dos políticos e economistas, o lugar da precarização; proscrito como fonte do crime e da contravenção, lugar da violência; também na voz dos ecologistas, lugar da degradação ambiental. A palavra pobreza, portanto, contém em si a singularidade e a habilidade de significar e registrar a experiência humana. É o lugar do outro que se entrecruza com a noção de cultura, conhecimento, projeto urbanístico, migração e espacialização social. Enfim, esquadrinha um universo comportamental que demarca um território e a elaboração de um plano de controle social, cujo dispositivo centra-se na manipulação estratégica das representações sociais para produzir novos valores e normas, suscitar adesão e modelar comportamentos.⁷

É neste contexto que a sociedade caminha de um modelo que elimina gradativamente o homem do processo de produção, para o de revalorização da vida e do meio ambiente pela imputação de responsabilidade individual à qualidade de vida de todos. Enfim, pouco a pouco se institui o homem ecológico, como modelo de comportamento social, muito bem expresso no epíteto “pensar globalmente e agir localmente”. Isto produz um certo exclusivismo de determinados setores e a ampliação perversa da exclusão social porque recoloca o dilema da produção e absorção de novos valores sociais.

Não é por acaso que a discussão sobre a globalização acenou para a emergência do local. Afinal introduz duas imagens, do processo de conquista e unificação cultural que se refere ao mundo domesticado e a justaposição e colisão de culturas que toma forma no modo de ser e de narrar das comunidades porque é ali que os conflitos emergem, ganham visibilidade e são negociados.⁸ Assim, o “pensar globalmente e agir localmente” só faz sentido se inscrito na lógica, mesmo que fragmentária, dos grupos sociais, como lugar de integração no sentido dado por Morin.⁹ Isto alude à construção da autonomia que é naturalmente complexa por supor uma grande riqueza de relações de todo tipo com o ecossistema e, portanto, se nutre da multidependência. Deste modo, falar das localidades é salientar uma multiplicidade de ordens comunitárias que se completam, se cruzam e se opõem simultaneamente e apontam para interconexões entre a intimidade do local e o avanço da globalização, acenando para novas possibilidades sociais.

Na esteira de Maffesoli¹⁰, vamos encontrar indícios de que a globalização conduz a formas de interação como fruto da fragmentação imposta e salientada pela própria globalização, é o que ele denomina de “comunidade extralógica”, assentada na cultura do sentimento, ou seja, em uma ordem estritamente local cujo elo está na força dos signos emocionais reconhecíveis sem nenhuma

⁷ Vide BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi: 5 Anthropos-Homem. Portugal, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p.296 a 332.

⁸ Vide FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura*. Globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.

⁹ MORIN, Edgar. *Lê paradigme perdu: la nature humaine*. Paris: Seil, 1973.

¹⁰ MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984; *A transfiguração do político*. Porto Alegre: Sulinas, 1997.

orientação para um projeto sócio-cultural global. Refere-se e a modos de ser que não ocorrem em nível global, mas como consequência da globalização.

Estas questões têm a magnitude de desencadear o arrolar de opiniões abalizadas pelo crivo científico sobre a cidade de Brasília, tanto como lugar de concentração e pólo de atração à pobreza regional, quanto sobre os modos que a instituição da periferização opera como marco de denúncia da segregação espaço/social que se materializa no crescimento exponencial das Cidades-Satélites¹¹. Crescimento populacional não previsto no plano de construção e desenvolvimento da Cidade Capital¹². Portanto, a política ocupacional para o Distrito Federal (DF) está longe de acompanhar a dinâmica de crescimento social e, conseqüentemente, as medidas de controle sócio-ambiental não conseguem conter o impacto negativo do processo de urbanização descontrolado na ordem política, social e ambiental.

Enquanto as mal-equipadas cidades-satélites são o lugar de moradia da classe assalariada periferizada e dos excluídos socialmente, o Plano Piloto mantém e controla 60% da oferta de empregos melhor remunerados. Ademais, constata-se a elevação dos custos sociais ocasionada pelo distanciamento entre local de residência, trabalho e lazer, principalmente pelo fato de que, de modo geral, a periferia não possui condições para reter, nela própria, mão-de-obra e usuários de serviços urbanos. A distribuição demográfica informa que $\frac{3}{4}$ da população do DF concentra-se na periferia.

A Represa do Descoberto, situada nas proximidades do núcleo urbano de Brazlândia e de Águas Lindas (GO), é considerado o maior manancial de abastecimento de águas para Brasília, em torno de 60%¹³ e as análises efetuadas na qualidade de suas águas revelam a evolução da turbidez tanto no Lago como nos seus tributários. Evidencia-se, de um lado, o manejo das potencialidades naturais geralmente feito de forma intuitiva por parte daqueles que precisam desenvolver atividades produtivas e, de outro, a necessidade de preservação ambiental muito além de uma simples proposição fundamentada por diagnóstico o que supõe efetivamente uma nova postura frente ao desafio da sustentabilidade, qual seja, exige o conhecimento mais sistemático das populações que habitam o DF.

A desigualdade entre o centro e periferia delata a disparidade das rendas familiares. Enquanto nos Lagos Sul e Norte a média salarial é de 65,76 e 52,7 salários mínimos (SM), respectivamente, em Brazlândia a média é de 6,5 SM, correspondendo a uma renda *per capita* de

¹¹ Vide PAVIANI, Aldo. Brasília: a metrópole em crise. Ensaio sobre urbanização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

¹² A expectativa social feita em 1977 para o ano de 2025, segundo a Codeplan, era de 4.389.589 habitantes, entretanto, só o entorno terá naquela data uma população de aproximadamente 4.920.465 habitantes. Vide. CODEPLAN. Núcleo de Estudos Populacionais. Projeção da população do Distrito Federal – 1997 – 2021. Brasília: CODEPLAN/NEP, 1997.

¹³ CAESB (Companhia de saneamento do Distrito Federal) Lago Santa Maria. Qualidade da Água. Fevereiro de 1998. Brasília. CAESB/DRSA/SPH/DVMQ.

1,51 SM¹⁴. Desemprego, mão-de-obra pouco especializada e informalidade são as principais características ocupacionais da população que habita a APA do Descoberto.¹⁵ Fluxo migratório, pobreza, ocupação espacial desordenada e ausência de infra-estrutura básica são as características destas cidades-satélites.

Este é um lugar no qual os sentidos que emergem sobre o meio ambiente são totalmente destoantes do que prescreve a normatização do manuseio racional dos recursos naturais. Isto sinaliza tanto para a pluralidade sócio-cultural como para o funcionamento do cotidiano.¹⁶ As ações cotidianas apontam para buscas de soluções imediatas para problemas e obstáculos colocados pelas carências sócio-econômicas. Ilustrativo foi o forte apelo do Estado¹⁷ para a contenção de energia elétrica, com adoção de medidas punitivas ao desperdício. O que soava como alteração de mentalidade pela adoção de uma postura mais ecológica, para a população da APA referia-se a uma antiga prática decorrente da necessidade de reduzir despesas familiares e não por consciência ecológica.

Economia de alguns recursos que simbolizam despesas financeiras é acompanhada da lógica do “aproveitar” ao máximo o pouco que está disponibilizado, e sem custos adicionais, na própria natureza. Assim, ao racionamento segue a imagem do local como o reino da intuição e da espontaneidade porque poços e cisternas vão sendo abertos, o lixo é depositado nas encostas das colinas, o esgoto corre a céu aberto. São imagens do caos, mas também representam modos de agir que afloram das possibilidades sociais e sinalizam para o apagamento de si como cidadão. Na carência sócio-econômica não há tempo nem energia física e intelectual para se preocupar com a questão ambiental que se refere a juízo de valores com conteúdo moral. A introdução deste princípio moral como normativo esbarra no *modus operandi* da sociedade ancorada em valores econômicos.

Retorna-se à questão da prioridade da consciência ecológica para uma população privada de condições dignas de vida. O universo ecológico atua mais como um “meio” de sobrevivência do que um patrimônio da humanidade a ser conservado. Permanece o dilema entre meio ambiente e sobrevivência, pois a nova concepção confere ao manuseio dos recursos naturais mais do que um deslocamento discursivo, assinala para a ruptura sobre modos de sobrevivência, considerando-se as estratégias e práticas dos diferentes grupos, para a infundável luta de quem ou o quê sobreviverá.

¹⁴ Estes dados não incluem Águas Lindas, localizada no estado de Goiás. No entanto, a situação de marginalidade e exclusão sociais nesta localidade é incontestável.

¹⁵ CODEPLAN. Cadernos Codeplan. Brasília: uma economia forte num meio frágil (Coletânea). Brasília, 1992.

¹⁶ Como nos informa Heller, é justamente na cotidianidade onde são colocados “em funcionamento” todos os sentidos individuais, capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, idéias e ideologias. HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹⁷ Refiro-me aqui ao racionamento de energia elétrica no ano de 2002 em todo o Brasil.

De forma sintética, configura-se uma importante vertente de produção de conhecimento que se choca com as experiências cotidianas¹⁸. É como se os indivíduos soubessem como solucionar uma poderosa equação, por exemplo, abdicar ao uso de agrotóxicos, por serem prejudiciais ao meio e a si próprias e, no entanto, à primeira vista serem estes agrotóxicos responsáveis pelo aumento da produção em curto prazo e de uma maneira mais fácil. A reação tem sido a desconsideração real com este discurso político sobre o meio ambiente, embora a preocupação ambiental se revele como um poderoso instrumento retórico para atrair compradores, para acusar o Estado e legitimar as práticas cotidianas da comunidade. Destaca nas falas a manifestação de ausência de políticas ambientais, a barragem do Descoberto como símbolo de lazer e a referência a flores na janela como símbolo da preocupação ambiental.

Seria reduzir muito dizer que estas manifestações decorrem da fragilidade discursiva. De fato, sinalizam para a incorporação do discurso institucional, apropriado e reconfigurado nas suas possibilidades de viabilização local. Combina a imagem asséptica do jardim (inside) com a sujeira e o mau cheiro que infecta a rua (outside). A complexidade da experiência admite a convivência e sobrepõe situações antagônicas e dicotômicas. O inside se articula e dialoga com o outside, do mesmo modo que a periferia se interage com o centro.

Ao não se atentar para a realidade multifacetada, está-se correndo o risco de reproduzir um discurso de fortalecimento da desigualdade social, porque o meio ambiente pode operar como uma moeda discriminatória, afastando a possibilidade de contribuir para a consolidação da integração social. Solucionar ou amenizar a fome de cada dia interpela mais, e de modo imediato, do que o engajamento na preservação ambiental. O desencontro entre interesse populacional e interesse político emerge, portanto, como um forte foco de conflito entre percepções sobre inserção social e ambiental, sobre divisão espacial e isolamento da pobreza.

O discurso ecológico é transformado em produto de consumo e atua como um diferenciador entre segmentos sociais. Traz para o cotidiano um compromisso sócio-ecológico que se afirma no modo de realizar tarefas, tais como limpeza, produção, organização e controle do espaço de vivência, que funcionam como marcadores da mentalidade de sustentabilidade. Como a prática artística faz com a produção/apropriação da arte como um recurso simbólico que determina a divisão entre cultura erudita e cultura popular, que Canclini¹⁹ insistentemente critica.

É um discurso que aparece como um projeto político novo referente a práticas e experiências sociais não tão recentes assim e cuja lógica de recepção em diferentes micro-universos sociais só se conhece compreendendo seus enredos e suas tramas de sentidos. Sinalizamos para o discurso ecológico com fortes tendências monódicas por tentar extorquir, à moda dos processos

¹⁸ BRESCIANI, Maria Stella M. Cultura e história: uma aproximação possível. In: PAIVA, Márcia de & MOREIRA, Maria Estar (orgs.) Cultura substantivo plural. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, pp. 35 a 54.

¹⁹ Idem.

inquisitoriais²⁰ os delitos ecológicos dos pobres da periferia. E no caso não importa a justificativa, se proveniente da ausência de informação ou da dificuldade de sobrevivência, o fato é que são apontados como o foco de um problema social e ambiental. Do mesmo modo que no estilo de escrever se adota o estilo de ler²¹, a interpretação das situações sociais e históricas está associada à leitura do mundo. A ecologia aparece como um discurso que uniformiza um modo de dizer, mas não necessariamente de portar-se, e se transforma em instrumento de validação de um enorme gama de propostas que se justapõem e se contradizem, no aguardo de uma maior disposição dialógica.

Bibliografia.

- Agenda 21. Endereço eletrônico <http://www.mma.gov.br/pot~srh/documento/ag21.html>. Acessado em janeiro de 2000.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi: 5 Anthropos-Homem. Portugal, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p.296 a 332.
- BRESCIANI, Maria Stella M. *Cultura e história: uma aproximação possível*. In: PAIVA, Márcia de & MOREIRA, Maria Estar (orgs.) *Cultura substantivo plural*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, pp. 35 a 54.
- CAESB (Companhia de saneamento do Distrito Federal) Lago Santa Maria. *Qualidade da Água*. Fevereiro de 1998. Brasília. CAESB/DRSA/SPH/DVMQ.
- CANCLINI, Nestor Garaciá. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- CODEPLAN (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central). *Cadernos Codeplan*. Brasília: uma economia forte num meio frágil (Coletânea). Brasília, 1992.
- CODEPLAN. Núcleo de Estudos Populacionais. *Projeção da população do Distrito Federal – 1997 – 2021*. Brasília: CODEPLAN/NEP, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades. Mundialização, globalização, planeratização: Novos desafios*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.
- FERRARI, Antenor. *Agrotóxicos: a praga da dominação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- GINZBURG, Carlos. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. Principalmente capítulo VII – O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital de segregação e do controle social.: uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. São Paulo: Annablume, 1995.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KLINERBERG, Eric. *La guache amérícne découvre la “justice écologique. Le monde dilimatique*. França, fevereiro, 1998, p.6 e 7.

²⁰ GINZBURG, Carlos.

²¹ KRAMER, Lloyd S. *Literatura, crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp.131 a 173.

- KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp.131 a 173.
- KUYUMJIAN, Marcia de Melo M Kuyumjian. O impacto das práticas cotidianas e ocupacionais no meio ambiente. Relatório final – PADCT III, Brasília: 2001. (mimeo).
- LEIS, Héctor Ricardo. A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis – RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.
- LESSA, Carlos. Auto-estima e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente. Rio de Janeiro: Rocco, 1984; A transfiguração do político. Porto Alegre: Sulinas, 1997.
- MORIN, Edgar. L'ê paradigme perdu: la nature humaine. Paris: Seil, 1973.
- PÁDUA, Antônio Lago J. A. O que é ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PAVIANI, Aldo. Brasília: a metrópole em crise. Ensaio sobre urbanização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & SANTOS JÚNIOS, Orlando Alves do. Globalização, fragmentação e reforma urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise. 2º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.